

REVISTA DA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

# SITIENTIBUS

## EDUCAÇÃO, ENSINO E TECNOLOGIAS DIGITAIS

ARTIGO

### UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA: UM ALINHAVADO DE PROJETOS DE UNIVERSIDADE

#### STATE UNIVERSITY OF FEIRA DE SANTANA: A SET OF UNIVERSITY PROJECTS

JACKELINE SILVA LOPES

Professora da UEFS e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC/UNEB)  
E-mail: jack.lobes.lacerda@gmail.com

GILMÁRIO MOREIRA BRITO

Professor da Universidade do Estado da Bahia (PPGEduC/UNEB). E-mail: gilmariobrito@gmail.com

#### RESUMO

A Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) foi a primeira instituição universitária do interior do Estado da Bahia e ao longo dos seus 48 anos de existência vem desempenhando um papel estratégico no desenvolvimento regional, conquistando renome nacional. Frente a esta grande relevância, o presente artigo, fruto de pesquisa de doutoramento que vem sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da UNEB, a partir de revisão bibliográfica apresenta, categoriza e tece breve análise dos estudos sobre a História da UEFS, identificando suas tendências teórico-metodológicas e perspectivas de abordagem e apontando lacunas que podem ser ocupadas por estudos futuros a fim de abarcar a história desta instituição a partir da diversidade de pontos de vista da comunidade universitária que a constitui. A partir dela, o estudo evidencia que a UEFS é um alinhavado ainda em construção de projetos de universidade oriundos de diversos grupos sociais e interligados a seus projetos de sociedade.

**Palavras-chave:** Educação. História das Instituições Educativas. Universidade Estadual de Feira de Santana.

#### ABSTRACT

The State University of Feira de Santana (UEFS) was the first university institution in the interior of the State of Bahia and throughout its 48 years of existence it has played a strategic role in regional development, gaining national renown. Given this great relevance, this article, the result of doctoral research that has been developed with the Postgraduate Program in Education and Contemporaneity of UNEB, based on a bibliographic review, presents, categorizes and makes a brief analysis of studies on the History of UEFS, identifying its theoretical-methodological trends and perspectives of approach and pointing out gaps that can be filled by future studies in order to encompass the history of this institution from the diversity of points of view of the university community that constitutes it. Based on this, the study shows that UEFS is a still under construction assembly of university projects originating from diverse social groups and interconnected with their projects for society.

**Keywords:** Education. History of Educational Institutions. State University of Feira de Santana.



## INTRODUÇÃO

A Universidade Estadual de Feira de Santana, situada em Feira de Santana-Bahia-Brasil, é a maior universidade pública da região do Portal do Sertão, contando atualmente com trinta e um cursos de graduação, vinte e cinco cursos de pós-graduação *stricto sensu* e dezoito cursos de especialização. Entretanto, ainda são poucos os trabalhos que se dedicam ao estudo de sua história: em levantamento bibliográfico que realizamos em 2023, foram identificados apenas dois trabalhos – uma dissertação de mestrado (Mendes, 2010) e uma tese de doutorado (Santos, 2010, publicada em 2016) – que têm a história da UEFS como objeto de estudo.

Estendendo o levantamento bibliográfico a trabalhos que exploram marginalmente alguma dimensão desta História, foram identificados outros dezessete trabalhos, aqui categorizados em três grupos: 1º - produzidos por gestores públicos do Governo do Estado da Bahia ou da UEFS que abordam a história da instituição a partir de seus pontos de vista como testemunhas dos acontecimentos relatados – artigo de Eivaldo Neves (1987), livros de Eivaldo Boaventura (2009), Geraldo Leite (2009), Maria de Fátima Campos (2003), Zélia Marques (2007) e Claudfranklin Santos (2023); 2º - dissertações e teses com abordagem teórico-metodológica historiográfica que se debruçaram sobre o processo de implantação de Universidades Estaduais da Bahia – dissertação de Cléber César Barbosa (2021) sobre a UNEB e tese de Iracema Lima (2010) sobre a UESB - ou mais especificamente sobre o processo de implantação da UEFS – tese de Ana Maria Santos (2010, publicada em 2016) e dissertação de Fabihana Mendes (2010); 3º - recortam alguma temática – gestão universitária, história de um curso, de um movimento acadêmico ou de uma política institucional – que transpassa a história da Instituição – teses de doutorado de Carlos Eduardo Oliveira (2014, publicada em 2017), Joubert Ferreira (2017) e Antônio Mota Jr (2022, publicada em 2024), dissertações de Jackeline Lopes (2010, publicada em 2013a), Antônio Mota Jr (2017, publicada em 2022) e Jamile Silveira (2010), monografia de Valter Ferreira (2009), artigo de Jackeline Lopes (2013b) e livro organizado por Ana Maria Carvalho Santos e outros (2023).

O presente artigo é fruto de pesquisa de doutoramento que vem sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da UNEB, autorizada pelo Conselho de Ética da UEFS (Parecer 6.204.422) e da UNEB (Parecer .135.085). Nele, a partir de uma revisão bibliográfica, apresentamos brevemente cada uma destas obras, pontuando suas contribuições para a historiografia da UEFS e suas principais ideias. Neste exercício, teremos por norte a complexidade da UEFS enquanto instituição educacional, por entender que tais instituições são produtos da vida social humana diretamente interligados à realidade social, política, econômica e cultural em que se desenvolvem,

que se institucionalizam através da sistematização e normatização do processo educativo, mas estão em permanente mutação, sendo, ao mesmo tempo, instituída e instituinte dessa realidade de contexto. (Magalhães, 2004) Logo,

As instituições educativas são organismos vivos, cuja integração numa política normativa e numa estrutura educativa de dimensão nacional e internacional é fator de conflito entre os campos da liberdade, criatividade, sentido crítico e autonomização dos atores e o normativismo burocrático e político-ideológico estruturante. As instituições educativas, se transmitem uma cultura (a cultura escolar), não deixam de produzir culturas, cuja especificidade lhes confere uma identidade histórica. (Magalhães, 2004, p. 124-125).

Frente a esta complexidade e concordando com Magalhães (1996) e Gatti Jr (2006), defendemos que sua abordagem histórica deve considerar as relações entre estas instituições e a sociedade e aprofundar seu olhar, a partir da micro análise, valorizando o exame da internalidade dos processos educativos e a ação de seus agentes na instituição escolar.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os textos de/sobre gestores públicos que testemunharam a história da UEFS, embora não tenham por objetivo analisar a história da UEFS, permite-nos acessar valiosas informações sobre sua criação e primeiros anos “de vida”.

Eivaldo Boaventura (2009), por exemplo, em sua autobiografia descreve o processo de interiorização do Ensino Superior na Bahia e de implantação da UEFS pela sua ótica de Secretário de Educação (1970-71, 1983-87). Nela, relata que a primeira política governamental baiana para o Ensino Superior surge no governo de Luiz Viana Filho (1967-71), através do Plano Integral de Educação e Cultura (1968), que determina a implantação de faculdades de ensino voltadas à formação de professores de 1º Ciclo no interior, com cursos de licenciaturas curtas em Letras, Estudos Sociais e Ciências e Matemática, sendo a primeira a Faculdade de Educação de Feira de Santana (1968). Entretanto, em 1980, seguindo a tradição nacional de expansão do ensino superior através da fusão de faculdades em universidades, o governo modifica sua política, focando na instalação de Universidades, abrangendo não apenas cursos de formação de professores, mas também de formação de profissionais técnicos para os setores produtivos em expansão, via agrupamento das entidades e cursos superiores de graduação existentes em 3 conjuntos universitários: A UEFS (com campus único e organização departamental), a Universidade Estadual do Sudoeste Baiano – UESB (multicampi) e a Superintendência de Educação Superior do Estado da Bahia – SESEB (integrando 6 faculdades de diversos municípios). Posteriormente, através do Plano de Educação e Cultura da Bahia do Governo Estadual de João

Durval, veio a proposta de integração de todas as Faculdades e centros educacionais pertencentes à SESEB em uma Universidade Multicampi – a Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Especificamente sobre a UEFS, Boaventura (2009) pontua que sua criação em 1970 foi “uma exceção”, posto que não surgiu da fusão de faculdades, mas estruturada em departamentos e absorvendo a Faculdade de Educação, quando a política estadual vigente ainda não defendia a instalação de universidades, mas sim de faculdades de ensino. Segundo o autor, foi através de um “acordo de lideranças”, por “iniciativa” do Governador Luiz Viana Filho, com o “apoio” do prefeito João Durval Carneiro e atendendo “às lideranças políticas locais” e “às justas aspirações da comunidade feirense e demais municípios circunvizinhos”, que Estado Membro e Município “concertam-se” para “dar” a Feira de Santana a sua Universidade, justificando esta iniciativa pelo desenvolvimento econômico que a cidade vinha vivenciando na época. Afirma, ainda, que o projeto acadêmico e administrativo da UEFS foi elaborado pelo Instituto de Serviço Público (ISP/UFBA) “com a participação” do Conselho Diretor e que houve atraso no processo de institucionalização da UEFS (16 anos), atribuindo-o ao Governo Federal, por obrigá-los a “responder às exigências do Ministério da Educação duramente impostas às universidades públicas estaduais”, não esclarecendo o teor nem a motivação dessas exigências. (Boaventura, 2009, p. 59-62)

Por fim, Boaventura afirma que somente no governo de João Durval Carneiro (1983-87), que corresponde ao seu segundo secretariado e ao reitorado de José Maria Marques, a UEFS “constituiu-se como a Universidade que poderia, a curto prazo, desenvolver projetos de pesquisa” (Boaventura, 2009, p. 63), a partir do que se pode inferir que até este período, a UEFS, embora universidade, estava voltada somente ao ensino.

Nota-se que Boaventura (2009) atribui protagonismo ao governo estadual, papel secundário ao governo feirense, papel coadjuvante às lideranças locais e à comunidade feirense e dos municípios circunvizinhos e papel de vilão ao governo federal no processo de criação da UEFS - reduzindo a participação das lideranças locais à condição de demandantes e colaboradoras na construção do Projeto. Acrescente-se ainda que, para ele, o desejo de instituir o ensino superior em Feira de Santana sob a forma de universidade partiu das lideranças políticas e da comunidade feirense e circunvizinha, e não do governo, posto que a política em curso deste último estava voltada à instalação de faculdades de ensino. Se somamos esta informação ao fato também apresentado por ele de que a UEFS só se constituiu como universidade de pesquisa em meados da década de 1980, Boaventura deixa indícios de que talvez essa prioridade do governo estadual em faculdades tenha pressionado para que a UEFS, embora fosse uma instituição universitária, tenha se voltado inicialmente para o ensino e demorado para empreender a pesquisa e a extensão.

Em palestra publicada na revista *Sitentibus* (Neves, 1987), o então vice-reitor da UEFS Eivaldo Neves também faz uma narrativa descritiva e cronológica do processo de interiorização das universidades na Bahia e de implantação da UEFS e igualmente enfatiza as ações do governo estadual baiano, associando estas ações à necessidade de formação de professores que atendessem à expansão da rede pública de ensino. Ao pontuar o pioneirismo da UEFS, o autor também revela a existência de “influências político-partidárias” neste processo, nomeando as relações decorrentes destas influências de “clientelistas”. Entretanto, não explica como seriam estas influências e relações.

Quatro dos cinco primeiros reitores da UEFS foram biografados ou se autobiografaram e nestas biografias abordaram suas passagens pela gestão dessa instituição, relatando aspectos de sua história. Geraldo Leite (primeiro reitor da UEFS), por exemplo, escreveu uma autobiografia (Leite, 2009) e dedicou cerca de metade dela às suas vivências na UEFS. Nela, o autor também menciona as ações dos governos estadual e municipal em prol da implantação da UEFS, porém difere de Neves (1987) e Boaventura (2009) ao atribuir maior protagonismo à atuação das lideranças feirenses (das quais ele fazia parte) que ao Governo Estadual neste processo, afirmando que a interiorização do ensino superior constituiu um “movimento que envolveu médicos, advogados, odontólogos, educadores, homens públicos e – com o passar do tempo – o povo em geral”. (Leite, 2009, p. 330)

Leite (2009) também identifica e biografa os líderes que compunham esse movimento, relatando suas articulações, estratégias e ações e caracterizando-os como “minoria autóctone” que “cultivava a inteligência e, de modo particular, a educação” e “se distinguiram pela cultura, pelo idealismo, pelos serviços prestados à comunidade e pela vontade de aprender e de ensinar” da grande parte da população constituída de imigrantes nordestinos – “massa de aventureiros/adventícios” (Leite, 2009, p. 251-158).

Também deixa pistas de que havia tanto clientelismo quanto divergências e disputas entre este movimento e o governo estadual. Em uma passagem do texto, menciona “decidi lutar pela Universidade de Feira, em Salvador. É preciso mudar de estratégia quando a vida não oferece o resultado esperado. Mudei de **estratégia** e deu certo!” (Leite, 2009, p. 376), esclarecendo que “convivendo no meio acadêmico na capital, a oportunidade seria maior para a concretização do sonho de ver em Feira uma universidade”. (Leite, 2009, p. 405) Isso porque a vivência como professor da Faculdade de Medicina em Salvador o permitiu infiltrar-se na elite intelectual baiana e, assim, conquistar o apoio de figuras estratégicas no cenário político estadual e nacional que apoiassem a implantação de uma universidade em Feira de Santana:

recorremos à estratégia de pleitear uma Faculdade de Medicina para, em seguida, chegarmos à Universidade. Considerando que o Prof. Alexandre

Leal Costa era presidente do Conselho Estadual de Educação e que os professores Urcício Santiago e Alberto Serravalle ofereciam apoio à iniciativa, busquei a colaboração de outros professores. Em companhia de Wilson Falcão, fiz contato com o reitor Roberto Santos. A ele transmitimos nosso plano e dele ouvimos palavras de cautela e ponderação. De qualquer modo, a estratégia estava montada: se a faculdade fosse estadual, *contaríamos com* o Prof. Alexandre Leal Costa. Caso fosse federal, nossa esperança era o Prof. Roberto Santos, que serviria de ligação com o Conselho Federal de Educação. (Leite, 2009, p. 405-406)

Esta citação evidencia que a estratégia foi o clientelismo político – contatar/articular professores de medicina detentores de cargos públicos e políticos que por sua inserção nas associações/órgão já citados e na elite baiana tinha alguma forma de acesso/diálogo para buscar apoio político e/ou intelectual na construção do projeto. O autor também revela relações clientelistas quando cita: “Graças ao empenho do Governador Roberto Santos, o interesse do Secretário de Educação e Cultura (Prof. Carlos Correia de Menezes Santana) e os bons ofícios do relator do processo (Prof. Newton Sucupira), o pedido de autorização transitou sem tropeços.” (Leite, 2009, p. 441) Isso porque durante visita do Presidente do Conselho Federal de Educação Newton Sucupira a Salvador, o Governador e o Secretário de Educação citados pediram-no para acelerar o processo de reconhecimento da UEFS que se arrastava entre diligências no MEC e em resposta ele tornou-se relator do processo de autorização para funcionamento da UEFS, acelerando sua aprovação.

Outra biografia que corrobora para a historiografia da UEFS é a do reitor por dois mandatos José Maria Nunes Marques (Marques, 2007). Nela, a autora (esposa do biografado) reúne e organiza cronologicamente fotografias, anotações pessoais, artigos, discursos, cartas e depoimentos dele, porém, sem construir uma narrativa própria em torno destas fontes, o que dá à obra um caráter autobiográfico. Tais fontes recortam temporalmente os três primeiros reitorados da instituição, expondo situações que ilustram clientelismo político, falta de autonomia universitária, crise orçamentária e enfrentamentos entre lideranças locais, governo estadual, parte da comunidade universitária e a gestão. Alguns documentos, a exemplo de artigo de José Marques em um periódico de ampla circulação no município disponíveis nas páginas 136, 137 e 161, deixam indícios de uma fragmentação da elite feirense entre aqueles que apoiavam a implantação de uma Faculdade de Educação em Feira de Santana para a formação de professores em conformidade com a política ditatorial de educação superior federal e estadual (entre os quais ele se inclui) e aqueles que pleiteavam uma Universidade com cursos “de elite” como Medicina, Odontologia e Direito (liderados por Geraldo Leite). Tal fragmentação justifica porque havendo um grupo de

líderes locais que desde o início da década de 1960 vinham atuando para tentar instalar uma Universidade na cidade, quando o governo decide implantar a primeira faculdade de educação (1968), nomeia José Maria Marques, que não estava engajado neste movimento, como primeiro diretor desta Faculdade. Explica, ainda, os muitos conflitos travados em torno da construção do Projeto da Universidade no Conselho da Fundação Universitária de Feira de Santana (responsável pela implantação da UEFS), que reunia membros destas duas frações da elite feirense que atrasaram a construção de um projeto consensual e sua aprovação.

As biografias dos reitores Josué Mello e Anaci Paim, por sua vez, diferenciam-se das demais por serem escritas por historiadores, tecendo algumas análises sobre elas. A de Josué Mello, escrita por um historiador da educação (Santos, 2023), dedica dois capítulos à trajetória do biografado na UEFS, desde a sua criação na década de 1970, até a sua atuação como pró-reitor de graduação (1978-1986) e como reitor (1991-1995), baseando-se nas narrativas de Mello, reforçando-as com discursos, jornais e revisão bibliográfica. Em diálogo com Boaventura (2009), defende que a conjuntura política marcada por “vontade popular” e pela presença das “pessoas certas nos lugares certos” – Luiz Viana Filho governador, João Durval Carneiro prefeito, Edivaldo Boaventura Secretário de Educação e Geraldo Leite “entusiasta” à frente do processo – favoreceram a criação da UEFS. (Santos, 2023, p. 182) Por outro lado, destaca que as divergências entre governantes e projetistas da Universidade geraram prejuízos ao projeto, que “sofreu influências político-partidárias, em detrimento, às vezes, de critérios técnico-acadêmicos (...), obstaculizando que os objetivos traçados, originalmente, fossem alcançados em sua plenitude” (Santos, 2023, p. 196).

Santos (2023) também aponta situações que evidenciam clientelismo político e conflitos entre governo estadual, lideranças municipais, gestão e comunidade universitária, como uma tentativa do governo Estadual na década de 1980 de fundir a UEFS à nascente UNEB, que teria motivado a emergência de um movimento de comunidade universitária e lideranças municipais em defesa da autonomia da instituição, conseguindo barrar a proposta. Pontua, também, que desde a década de 1980, parte da comunidade universitária passa a pressionar por um novo projeto de universidade - “integrada em si e à sua região” e que unisse ao ensino a pesquisa e a extensão numa perspectiva crítica -, fazendo oposição aos reitores, de modo que quando Josué Mello assumiu o reitorado (1991) encontrou uma UEFS em “crise de gestão, de credibilidade e de instabilidade institucional”, “dividida” e sua prioridade foi “arrebentar os muros de separação e unir a comunidade acadêmica em torno do projeto da Universidade que queremos”, tendo alcançado este objetivo. (Santos, 2023, p. 199 a 216)

Já a biografia da reitora entre 1995 e 2003 Anaci Paim (Campos, 2003), reforça a ideia de que a UEFS surgiu pela

combinação de forças políticas estaduais e de lideranças locais para a formação de profissionais técnicos e de professores para a educação básica, sem mencionar conflitos, entre eles. Além disso, caracteriza o reitorado de Anacy como “mercado pela alavancagem do crescimento quantitativo e qualitativo da UEFS”, descrevendo este crescimento e associando-o ao foco da universidade no desenvolvimento econômico, político, social e cultural do semiárido e na adoção de reforma organizacional, planejamento estratégico e gestão participativa.

Nossa revisão bibliográfica também identificou dissertações e teses que se debruçaram sobre o processo de implantação de Universidades Estaduais da Bahia ou mais especificamente da UEFS através de uma abordagem teórico-metodológica historiográfica. É o caso da tese de doutorado de Iracema Lima (2010), que através de uma abordagem histórica política de fontes documentais e bibliográficas, analisa as políticas públicas para a educação superior desenvolvidas pelo Governo do Estado da Bahia (1961-2000), recortando a UESB. Quanto à interiorização da educação superior na Bahia, a autora defende que esta política: 1 - estava integrada ao programa de desenvolvimento econômico adotado pelos governos federal e estadual entre as décadas de 1950-70, visando titular professores para atuar nos cursos técnicos de 2º grau voltados à formação de mão-de-obra; 2 - foi uma política “de barganha” e “compensatória”, que buscava atender aos correligionários políticos locais para minimizar o descontentamento destes com a concentração dos investimentos em industrialização na Região Metropolitana de Salvador, evidenciando, assim, relações clientelistas entre eles; 3 - era contraditória, pois objetivava fortalecer as elites locais, mas as tornavam dele dependentes e devedoras de favores.

Lima (2010) defende, ainda, que o governo fez uma “expansão vigiada”, criando estratégias para organizar as universidades sem perder o controle político sobre elas, através de leis delegadas, decretos e portarias que centralizavam a gestão administrativa e minavam as tentativas de assegurar a autonomia das gestões universitárias, evidenciando, assim, a existência de disputas entre governo e gestores universitários.

Cléber Barbosa (2021), por sua vez, em sua dissertação de mestrado, fazendo uso de relatos orais de funcionários da instituição, além de documentos institucionais e jornais de circulação no estado da Bahia e analisando-os através do método histórico indiciário de Ginzburg e da categoria memória (Paul Riccoeur, Bosi e Porteli), busca compreender as condições que propiciaram a transformação da antiga SESEB na UNEB. Ao fazê-lo, assim como Santos (2023), defende que houve uma tentativa de integrar todas as universidades e faculdades baianas em uma única universidade no começo da década de 1980, bem como, tal qual Lima (2010), relaciona a interiorização do Ensino Superior à política desenvolvimentista dos governos federal e estadual, vinculando a opção pelos cursos de formação de professores e de profissionais técnicos para os sistemas

produtivos à necessidade de ofertar profissionais para os postos de trabalho na cadeia produtiva e para a docência nos cursos técnicos de nível médio.

Recortando especificamente a história do processo de implantação da UEFS, a dissertação de mestrado em História das Ciências da economista Fabihana Mendes (2010) se propõe a investigar se a construção da UEFS correspondeu a necessidades da comunidade local ou foi apenas um ato de governo, realizando revisão bibliográfica e entrecruzando com a análise de relatórios da UEFS e da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. A autora defende que até 2008 a UEFS não conseguiu atuar no desenvolvimento econômico e social da região, não se configurando nem como uma universidade voltada para o ensino e pesquisa erudita, nem como uma universidade com tradição em pesquisa inovativa, limitando-se a ofertar à sociedade programas e projetos com maior participação da comunidade, sem, contudo, configurar transmissão de saber, fragilizando, assim, o argumento de Campos (2003) de que no reitorado de Anacy Paim, a UEFS estava focada no desenvolvimento do semiárido. Defende, ainda, que a origem desse problema está na opção governamental pela formação docente, priorizando o ensino em detrimento da pesquisa e da extensão. (Mendes, 2010, p. 78-79).

A tese de doutorado de Santos (2011, publicada em 2016), por sua vez, entrecruza diálogos teóricos com Bourdieu, revisão bibliográfica, documentos institucionais e entrevistas com agentes sociais que participaram do processo de implantação da UEFS (1976-1986) para compreender os impactos da conjuntura política brasileira, estadual e municipal ditatorial na implantação e organização desta instituição. Nela, sustenta a tese de que os agentes sociais feirenses protagonizaram esse processo, mas nele se alinharam com lideranças político-partidárias locais e estaduais, tornando a UEFS “vulnerável às injunções externas” e propiciando a emergência de dois projetos de universidade conflitantes: o primeiro como campo universitário de ensino, pesquisa e extensão, livre e autônomo e o segundo repressivo, visando imprimir uma face de aparelho à instituição, articulado ao serviço de inteligência e segurança do país e a interesses político-partidários locais e regionais. Sustenta, ainda, que as disputas em torno desses projetos colocaram em polos antagônicos os professores, estudantes e funcionários defensores do primeiro e a gestão universitária que impunha o segundo e que aqui escia e se submetia às inferências governamentais para garantir a consolidação da instituição. (A. Santos, 2016, p. 75)

A. Santos (2016) narra que a concepção de universidade livre e autônoma emerge entre professores convidados pela gestão em 1976 para compor a equipe de Metodologia do Trabalho Científico – MTC (disciplina comum a todos os cursos), os quais expandiram suas ideias através de suas atividades acadêmicas e do livro *Fazer Universidade* (1984), conquistaram a adesão de professores, estudantes e funcionários e romperam com a gestão universitária em 1981, fundando a Associação dos Docentes da Universidade

Estadual de Feira de Santana – ADUFS. Para a autora, “o papel de resistência imprimido ao trabalho docente no âmbito do grupo de Metodologia do Trabalho Científico seria marcante por um longo período no interior da instituição” (A. Santos, 2016, p. 412), sendo o movimento por eles iniciado na década de 1980 “muito presente e foco de tensão exposto nos relatos dos professores, a merecer aprofundamento específico.” (A. Santos, 2016, p. 38)

Nossa revisão bibliográfica identificou, ainda, trabalhos que recortam alguma temática que transpassa a história da Instituição. Dentre eles, encontram-se uma dissertação de Mestrado em História e um artigo (Lopes, 2013a; 2013b), frutos de uma pesquisa que tinha a história da formação da primeira turma do curso de História da UEFS (1986-1991) por objeto. Neles, a autora atrela as lutas pela implantação deste curso às contra a administração da universidade e a ditadura civil-militar, e destaca a importância dos professores da MTC e do livro *Fazer Universidade* (1984) no empreendimento de uma nova concepção de universidade na UEFS e na formação da militância estudantil:

esta equipe de metodologia, através de sua atuação em sala de aula, da publicação e divulgação de textos e deste livro [*Fazer Universidade*] e de sua militância sindicalizada, empreendeu um conceito de universidade na UEFS – ainda que divergindo dos interesses da administração e dos governos locais –, voltada à sua função de pensar alternativas para os problemas sociais através do compromisso daqueles que nela fazem ensino, pesquisa e extensão. (Lopes, 2013b, p. 95)

O livro coletânea organizado por Ana Maria Santos et. al. (2023), por sua vez, apresenta diferentes perspectivas sobre a construção das políticas de ações afirmativas e de permanência estudantil na UEFS, explicitando o engajamento da comunidade universitária e de movimentos sociais da comunidade externa à UEFS na luta contra o governo do Estado e as gestões universitárias por estas políticas e suas estratégias. Dentre seus 15 capítulos, destacamos o *Memórias e Narrativas sobre as ações afirmativas na UEFS*, de autoria da Professora Elizete da Silva, no qual, defende que a implantação da UEFS foi um projeto das elites locais vinculadas a setores oligárquicos do estado da Bahia, a fim de “garantir os privilégios e a hegemonia das fidalgas famílias que se perpetuavam no poder”, que a UEFS era dirigida por reitores comprometidos com os governantes em detrimento de um projeto universitário autônomo e democrático, mas que através de concurso público, adentrou na UEFS uma geração de professores que tinha uma proposta de gestão acadêmica oposta ao grupo fundador e que no início da década 1980, organizou a ADUFS (Silva, 2023, p. 60-61), reiterando a emergência de um grupo opositor às gestões universitárias na UEFS na década de 1980, mas divergindo de A. Santos (2016) ao atribuir sua origem aos professores que ingressaram por concurso. Além disso, Silva (2023) associa este grupo ao Mais UEFS, afirmando que

Professores, técnicos e estudantes que comungavam dessa nova perspectiva de política acadêmica organizaram-se, de forma voluntária, no Movimento MAIS UEFS em defesa de um projeto de universidade pública, gratuita, democrática, autônoma, competente e socialmente referenciada. (Silva, 2023, p. 61)

Para esta autora, somente em 2007, na gestão Mais UEFS, as ações afirmativas foram priorizadas, por tal gestão entender que “o objetivo de uma UEFS socialmente referenciada passava por fomentar condições concretas para que os trabalhadores e seus filhos pudessem aspirar a formação superior, em contraposição ao elitismo bacharelesco que vigorou no país e na Bahia secularmente” (Silva, 2023, p. 61), o que nos sugere que, para o mais UEFS, as políticas de ações afirmativas e de permanência estudantil eram estratégicas para a implementação de seu projeto alternativo de universidade.

Também chamou-nos a atenção a tese de doutorado em Educação de Carlos Eduardo Oliveira (2014, publicada em 2017), que ao analisar as estratégias de expansão do ensino de graduação na UEFS, constatou que: 1 - na década de 1970 e 1980, prevaleceram os cursos voltados a formação de professores e de profissionais técnicos, conforme interesses econômicos e mercadológicos do governo estadual; 2 - a partir da segunda metade da década de 1990, passa a existir uma expansão e diversificação dos cursos, ampliando as licenciaturas, mas dando ênfase aos bacharelados, aproximando-se do projeto original das elites locais de fazer da UEFS uma extensão do modelo universitário da capital (UFBA); 3 - No período entre 2009-2012, durante a gestão do Mais UEFS, buscou-se desatrelar a razão de ser da UEFS destes interesses, voltando-se para as necessidades das populações do semiárido baiano e dando mais ênfase à pesquisa, à extensão e à inclusão. Assim, o autor atrela as mudanças no perfil dos cursos de graduação da UEFS aos projetos de Universidade hegemônicos a cada época.

Além disso, Oliveira (2017) reforça a tese de Mendes (2010) de que a UEFS tem concentrado sua atuação mais no ensino, que na pesquisa e extensão, afirmando que

o fazer universitário sobre a região representa menos pela interferência direta da universidade na realidade local, através do ensino, da pesquisa e da extensão, e mais pelo efeito multiplicador e disseminador da educação e do conhecimento, através da atuação profissional dos seus egressos (...). (Oliveira, 2017, p. 374)

Também há trabalhos que apontam para a articulação entre os movimentos estudantis da UEFS e o com o movimento docente que desde a década de 1980, a exemplo da dissertação de mestrado em História Social de Jamile Silveira (2010), que ao analisar a atuação política dos estudantes na história recente de Feira de Santana junto à organização das lutas populares da cidade entre 1976 e 1988, apresenta situações que evidenciam essa articulação

em momentos de greves, da ocupação da creche destinada aos filhos de funcionários da instituição para reivindicar por residência estudantil e de atos de fechamento do pátio da instituição.

O mesmo percebemos na monografia de Ferreira (2009), quando, ao abordar a desmobilização do movimento estudantil da UEFS, na década de 1990, e o aumento da mobilização no início do século XXI, afirma que “as dinâmicas internas da Universidade e suas transformações incidiram sobre as ideias e ações do movimento estudantil”, relatando embates entre setores estudantis e a administração superior da UEFS em 2003 que resultaram em uma greve estudantil e que teriam sido motivados, dentre outros fatores, pela derrota do Mais Uefs, “chapa amplamente apoiada pelos movimentos estudantis”, na eleição para a reitoria, o que nos leva a supor que esta aproximação com o Mais UEFS em 2003 possa ter contribuído para fortalecer o movimento estudantil que, antes dela, estava “desmobilizado”.

Também há trabalhos que, a partir de depoimentos orais, relatórios de gestão, dados estatísticos e correspondências oficiais, evidenciam embates entre governo do estado, gestão e comunidade universitária em torno da autonomia universitária e da garantia de financiamento público e permanência estudantil durante as gestões Mais UEFS, apontando as estratégias e ações adotadas por estes coletivos e os impactos sobre as atividades acadêmicas. É o caso da dissertação de mestrado em Gestão e Tecnologia Educacional (2017, publicada em 2022) e da tese de doutorado em Educação (2022, publicada em 2024), ambas de Antônio Mota Júnior, nas quais aborda, respectivamente, os impactos da política de financiamento do governo estadual sobre as atividades acadêmicas e administrativas da UEFS entre 2005 e 2014, e os desafios da gestão Universitária da UEFS entre 2010 e 2019 (reestruturação organizacional com vistas à descentralização e à decisão colegiada, a democratização do acesso e permanência, o fortalecimento da relevância social e a sustentabilidade financeira).

Foi identificada ainda a tese de doutorado de Joubert Ferreira (2017), que ao analisar a profissionalização de professores de matemática em Feira de Santana (1970-1991), discorre sobre a institucionalização da UEFS, porém apenas ratifica as ideias de A. Santos (2016).

A partir desta revisão bibliográfica, é possível evidenciar que:

1. Há um número significativo de trabalhos que abordam a história da UEFS, porém a maioria o faz de forma transversal – como parte da política estadual de educação superior ou da biografia de pessoas que atuaram em sua gestão, para contextualizar análises sobre gestão universitária, história de cursos, movimentos estudantis ou políticas institucionais específicas;
2. Os estudos que têm a história da UEFS no centro de suas análises têm priorizado o seu processo de institucionalização (décadas de 1970 a 1980), respaldando-se

em fontes documentais (relatórios de gestão, atas de reuniões, correspondências administrativas) e orais (analisadas como fonte de informações, e não como memórias, e priorizando docentes e gestores), em revisão bibliográfica e em referenciais teóricos e metodológicos da História Econômica e das Ciências e da História Social;

3. É consenso entre estas obras que a UEFS foi criada a partir de “acordos”/“relações clientelistas” entre governantes das esferas federal e estadual e lideranças locais e que o projeto político-pedagógico inicial da UEFS – focado no ensino (em detrimento da pesquisa e da extensão) e voltado à formação de professores e de técnicos para os setores produtivos – é fruto destes acordos e está integrado à política desenvolvimentista do governo ditatorial.

4. Há, porém, divergências entre algumas destas obras:

a) Algumas apontam protagonismo do governo estadual do processo de implantação da UEFS (Boaventura, 2009; Neves, 1987), enquanto outras atribuem tal protagonismo às lideranças locais (Leite, 2009; A. A. Santos, 2016);

b) Uma responsabiliza as diligências do governo federal pelo atraso na autorização do funcionamento da instituição (Boaventura, 2009), enquanto outras apontam corresponsabilidade dos governos federal e estadual (Marques, 2007; Leite, 2009);

c) A maioria (Marques, 2007; Ferreira, 2009; Leite, 2009; Lima, 2010; Silveira, 2010; Lopes, 2013a, 2013b; A. A. Santos, 2016; Oliveira, 2017; C. Santos, 2023; Santos e outros, 2023; Silva, 2023; Mota Júnior, 2022, 2024) menciona enfrentamentos entre governantes estaduais e municipais, lideranças locais, gestões e/ou comunidade universitária em torno de projetos de universidade – inicialmente disputando entre um projeto de universidade com ensino, pesquisa e extensão e um projeto de universidade de ensino voltada à formação profissional, e posteriormente disputando entre um projeto de universidade resultante da conciliação entre os dois projetos anteriores e um projeto alternativo (popular, inclusivo, autônomo e voltado às necessidades regionais) –, em detrimento do silenciamento de uma minoria à respeito (Boaventura, 2009; Neves, 1987, Campos, 2003);

d) Algumas consideram que a UEFS tem contribuído para o desenvolvimento regional com suas atividades de ensino, pesquisa e extensão (Campos, 2003; Leite, 2009; C. Santos, 2023), enquanto outras consideram que ela ainda está muito voltada à formação de profissionais e incipiente na pesquisa e na extensão para o desenvolvimento regional. (Mendes, 2021; Oliveira, 2017).

5. Algumas obras consultadas (Lopes, 2013a, 2013 b; A. A. Santos, 2016; Oliveira, 2017; C. Santos, 2023; Silva, 2023;

Mota Júnior, 2022, 2024) apontam para a emergência de um movimento de oposição às gestões universitárias da UEFS a partir da década de 1980, iniciado por docentes da área de MTC ou recém-ingressos por concurso público que conquistaram a adesão de servidores técnicos e estudantes na defesa de um projeto de universidade alternativo ao sustentado pelas gestões e pelo governo estadual. Apontam, ainda, que em decorrência deste movimento ocorreram diversos conflitos entre gestão e parte da comunidade universitária, os quais teriam “marcado a história da instituição desde então”. Silva (2023) defende que é deste movimento que se origina o grupo Mais Uefs, e soma-se a Oliveira (2017) e Mota Júnior (2024, 2024) na defesa de que, ao assumir a gestão da Universidade, o Mais UEFS teria promovido mudanças na política institucional (nas ações afirmativas, no perfil dos cursos de graduação e na gestão orçamentária), norteadas por este projeto alternativo de universidade.

Assim, nota-se a necessidade de estudos sobre a UEFS que efetivamente se proponham a analisar sua história e a necessidade de abordá-la a partir de outros referenciais teórico-metodológicos (a exemplo da história cultural) e de fontes mais diversificadas (incluindo, além das documentais oficiais, as dos movimentos docente, técnico e estudantil, vídeos, fotografias, jornais e novos testemunhos, incluindo técnicos e estudantes e abordando-os como memórias), permitindo discutir temas e períodos ainda pouco explorados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UEFS nasce em 1976 e se desenvolve numa tripla conjuntura: 1 - a nível global, marcada pela crise da modernidade – que atinge as instituições que lhe davam, dentre elas as universidades – e pela emergência gradual de uma nova temporalidade; 2 - a nível nacional, marcada por crises políticas, sociais e econômica (ditadura, redemocratização, crise da dívida 1982); 3 - a nível local, marcada por uma política sustentada em relações autoritárias e clientelistas entre facções de elite locais e da capital que ocupavam cargos públicos, e pelo crescimento econômico de Feira de Santana.

Os trabalhos aqui relacionados evidenciam que em meio a tal conjuntura, o processo de institucionalização da UEFS foi marcado por relações (por vezes clientelistas) e disputas entre governo, lideranças locais e gestores universitários em torno de projetos de universidade, resultando num projeto político-pedagógico conciliatório, que prioriza o ensino voltado à formação de profissionais docentes e técnicos para o setor produtivo, a fim de impulsionar o desenvolvimento econômico e cultural regional. Sugerem, ainda, que na década de 1980, parte da comunidade universitária passa a refletir e questionar este projeto de Universidade e a propor um projeto alternativo, entrando em conflito com a gestão universitária.

A partir destas evidências, constatamos que a UEFS, desde seu berço, está profundamente interligada a sociedade feirense e de seu entorno, incorporando suas demandas políticas, econômicas e sociais e buscando ajustar-se a elas, num processo marcado por disputas ideológicas entre diversos agentes/grupos sociais que impacta no seu projeto político-pedagógico e nas suas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Por outro lado, tais evidências nos permitem indagar: Qual o teor desses múltiplos projetos de UEFS? Quais as divergências e convergências entre eles? Como se davam as disputas em torno deles no cotidiano da instituição? Quem as protagonizavam? Que estratégias e ações adotavam? Como esses projetos e as disputas em torno deles impactaram sobre a cultura desta universidade?

Assim, nota-se a necessidade de mais estudos sobre a UEFS que efetivamente se proponham a analisar sua história, bem como de abordá-la a partir de outros referenciais teórico-metodológicos (a exemplo da história cultural), de fontes mais diversificadas (incluindo, além das documentais oficiais, as dos movimentos docente, técnico e estudantil, vídeos, fotografias, jornais e novos testemunhos (incluindo técnicos e estudantes e abordando-os como memórias), permitindo abordar temas e períodos ainda pouco explorados que ajudem a elucidar as questões acima. Esperamos, através da pesquisa de doutorado em Educação e Contemporaneidade em curso, corroborar com a historiografia da UEFS na resposta há alguns destes questionamentos.

## REFERÊNCIAS

- BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **A construção da universidade baiana**: objetivos, missões e afrodescendência [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. Origem e formação do sistema estadual de educação superior da Bahia. p. 45-78. ISBN 978-85-2320-893-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
- CAMPOS, Maria de Fátima H. **Uma trajetória de sucesso**. Feira de Santana: UEFS, 2003.
- FERREIRA, Joubert Lima. **Fios, retalhos e pontos**: tecituras sobre a profissionalização docente em Matemática em Feira de Santana (1970-1991). Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Salvador, 2017.
- FERREIRA, Valter da Silva. **Entre práticas e incertezas**: O movimento estudantil da UEFS (1990-2003). Monografia. Universidade Estadual de Feira de Santana. Colegiado de História. Feira de Santana, 2009.
- GATTI JÚNIOR, Décio. Percursos da pesquisa em História da Educação e formas de compreensão das instituições escolares. **Histedbr – Coleção Navegando pela História da**

- Educação Brasileira**, p. 1-22, 2006. In: [https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/decio\\_gatti\\_junior\\_artigo.pdf](https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/decio_gatti_junior_artigo.pdf), acessado em: 13 dez. 2023.
- LEITE, Geraldo. **Reminiscências**. Feira de Santana: Editora UEFS, 2009.
- LOPES, Jackeline Silva. Fazendo história: a militância como traço identitário dos estudantes de História (Feira de Santana-BA, 1986-1991). **Historien**. Ano 4, n. 9, p. 170-184, jul/dez 2013a.
- LOPES, Jackeline Silva. **Na sala de espelhos**: professores de História entre representações e identificação com a profissão. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013b.
- MAGALHÃES, Justino. **Contributo para a história das instituições educativas** – entre a memória e o arquivo. Braga, Portugal: Universidade do Minho (mimeo), 1996.
- MAGALHÃES, Justino. **Tecendo Nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista (SP): Editora Universitária São Francisco, 2004.
- MARQUES, Zélia C. N (org). **José Maria Nunes Marques**: educar: seu trabalho, sua vida. Salvador: Vercia, 2007.
- MENDES, Fabiana Souza. **A universidade pública enquanto instituição científica**: um olhar histórico sobre a UEFS. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Estadual de Feira de Santana. Salvador, 2010.
- MOTA JÚNIOR, Antônio de M. **Gestão universitária em foco**: desafios contemporâneos na Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS. Feira de Santana: Uefs Editora, 2024.
- MOTA JÚNIOR, Antônio de M. **Política de financiamento das universidades estaduais da Bahia**: dimensões relevantes à gestão da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Feira de Santana: Uefs Editora, 2022.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. A ação do governo do Estado no processo de interiorização do ensino superior na Bahia. **Sitientibus**, ano 7, n. 4, p. 113-19, 1987.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo C. **Universidade e estratégia**: a região como ambiente organizacional: trajetória de expansão da Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS Editora, 2017.
- SANTOS, Ana Maria Carvalhos dos *att all.* (org). **História e Memória das Ações Afirmativas na UEFS**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2023.
- SANTOS, Ana Maria Fontes dos. **Uma aventura universitária no Sertão Baiano**: da Faculdade de Educação à Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016.
- SANTOS, Claudefranklin Monteiro. **O poder libertador da escola na trajetória de vida de Josué da Silva Mello**. Aracaju-SE: Criação Editora, 2023.
- SILVA, Elizete da. Memórias e narrativas sobre as ações afirmativas na UEFS. In: SANTOS, Ana Maria Carvalhos dos *att all.* (org). **História e Memória das Ações Afirmativas na UEFS**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2023.
- SILVEIRA, Jamile S. **“Lutas Populares e Movimento Estudantil: Trajetória Política dos Estudantes na UEFS (1976-1988)”**. Dissertação de Mestrado. Pós Graduação em História Social - Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2010.